

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
2986508920210223105537

Processo 0822443-65.2020.8.23.0010 ☆ - (174 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: 9597 - Seguro
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

Ocultar Movimentos:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

Sequencial(Intervalo):

Descrição:

☐ Advogado

☐ Advogado NPJ

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

ao

Data do Movimento(Período):

à

40 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 40

500 por pág.1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por	
<div></div>	40	23/02/2021 10:55:37	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (04/02/2021)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
	40.1	Arquivo: Petição	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO	2750580IMPUGNACAOALAUDOPERICIAL02.pdf Público
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA		
	39	15/02/2021 00:01:53	(Pelo advogado/curador/defensor de CLAUDIAMARA FELIX LEITE) em 18/02/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 35) JUNTADA DE LAUDO (04/02/2021) e ao evento de expedição seq. 36.	SISTEMA CNJ
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA		
	38	12/02/2021 14:43:45	(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 12/02/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 35) JUNTADA DE LAUDO (04/02/2021) e ao evento de expedição seq. 37.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO		
	37	04/02/2021 09:06:22	Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 35) JUNTADA DE LAUDO (04/02/2021)	franchiello Costa Gutierre Estagiário
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO		
	36	04/02/2021 09:06:22	Para advogados/curador/defensor de CLAUDIAMARA FELIX LEITE com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 35) JUNTADA DE LAUDO (04/02/2021)	franchiello Costa Gutierre Estagiário
<div></div>	35	04/02/2021 09:05:10	JUNTADA DE LAUDO	franchiello Costa Gutierre Estagiário
		PRAZO DECORRIDO		
	34	29/01/2021 00:06:23	Sem Resposta - (Referente a(o) CARTA DE INTIMAÇÃO (A.R.) determinado pelo evento CONCEDIDO O PEDIDO (24/11/2020)	SISTEMA CNJ
		LEITURA DE CARTA DE INTIMAÇÃO (A.R.) REALIZADA		
<div></div>	33	14/01/2021 11:08:08	CARTA DE INTIMAÇÃO (A.R.) lido em 21/01/2021 - Referente ao evento de expedição (seq. 25) EXPEDIÇÃO DE CARTA DE INTIMAÇÃO (A.R.) (02/12/2020 11:01:30)	CAMILA LIMA DE OLIVEIRA Estagiária
<div></div>	32	22/12/2020 11:22:20	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
		DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		
	31	17/12/2020 00:03:26	(P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 22) EXPEDIÇÃO DE AGENDAR PERÍCIA (02/12/2020) e ao evento de expedição seq. 24.	SISTEMA CNJ
<div></div>	30	11/12/2020 11:26:12	JUNTADA DE INFORMAÇÃO	JEPHERSON AGUIAR DE SOUZA Estagiário
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA		
	29	08/12/2020 11:29:21	(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 09/12/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 22) EXPEDIÇÃO DE AGENDAR PERÍCIA (02/12/2020) e ao evento de expedição seq. 24.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
<div></div>	28	07/12/2020 18:23:20	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO (24/11/2020)		
	27	02/12/2020 18:37:53	RENÚNCIA DE PRAZO DE CLAUDIAMARA FELIX LEITE	EDSON SILVA SANTIAGO Advogado
		Referente ao evento EXPEDIÇÃO DE AGENDAR PERÍCIA (02/12/2020)		
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA		
	26	02/12/2020 18:37:50	(Pelo advogado/curador/defensor de CLAUDIAMARA FELIX LEITE) em 02/12/2020 com	EDSON SILVA SANTIAGO



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo n.º 08224436520208230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CLAUDIAMARA FELIX LEITE**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO INCONCLUSIVO

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente, requerendo em juízo a complementação da indenização do Seguro DPVAT, impugnado o resultado da perícia realizada no momento da regulação administrativa.

Importante frisar que todas as perícias realizadas na esfera administrativa são subscritas por dois médicos especialistas, sendo um profissional responsável pela realização da perícia médica e outro profissional responsável por realizar a revisão da perícia.

Desta forma, após a parte autora ser submetida à perícia, concluiu-se pelo pagamento da indenização no importe de R\$ 2.531,25 em total consonância com a Legislação vigente, sendo apurada a presença de lesão no tornozelo e ombro.

Vale ressaltar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório, sendo certo que o mero descontentamento da parte com o resultado da perícia realizada no âmbito administrativo não autoriza a realização de novo exame pericial em sede judicial.

Na instrução processual, o Nobre Magistrado determinou a realização de perícia médica, a fim de apurar eventuais lesões suportadas pela parte Autora, suas respectivas extensões e o nexo de causalidade entre as supostas lesões e o acidente automobilístico narrado na exordial.

Após análise do laudo pericial de fls., realizado pelo i. *expert*, verifica-se que o **referido exame clínico é incapaz de provar o direito à indenização requerida pela parte autora, visto que não gradua corretamente e tampouco indica as LESÕES suportadas pelo periciando, conforme demonstrado abaixo:**

segmento corporal da Vítima).

b.2 ☒ Parcial incompleto (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 6.194-74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945-2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anômico

1ª Lesão

perna esquerda.

Marque aqui o percentual

☐ 10% Residual ☒ 25% Leve ☐ 50% Média ☒ 75% Intensa

2ª Lesão

Fratura de terço inferior de tíbia e

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3ª Lesão

Conforme podemos observar acima, o magistrado gradua a lesão em 25% e 75%, restando confusa a conclusão do laudo.

Podemos observar ainda que o membro afetado foi o tornozelo esquerdo, conforme demonstra nos documentos médicos:

Anamnese - (HORA DA CONSULTA - ____:____h)

Paciente vítima de acidente de moto, c/ queda de um em um e
clatância à esquerda em tornozelo e (E).
NÃO HA SÍNCOPE E VÔMITOS.

TCC em tornozelo (E) e TCC em
cintura em anca (E). EV

20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS		JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO		140070	RR
		Pot cl Ptoa tild			
21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO		cimpio			
22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)		ex rx			
23 - DIAGNÓSTICO INICIAL	24 - CID 10 PRINCIPAL	25 - CID 10 SECUNDÁRIO	26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS		
fratura fêmur					
27 - DISCRIMINAÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO		PROCEDIMENTO SOLICITADO		28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO	
fratura fêmur					
29 - CLÍNICA	30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO	31 - DOCUMENTO	32 - N.º DO DOCUMENTO (CCNS / CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE / ASSISTENTE		
CIRURGIA GERAL	ELÉTRICO				

fratura fêmur
ortopedica fêmur

RESUMO DE ALTA HOSPITALAR / INSS	
PACIENTE	Claudio Mano Faria Leite
DEU ENTRADA NO HOSPITAL GERAL DE RORAIMA NO DIA,	ANOS,
DIAGNÓSTICO DE	fratura de fêmur fêmur E
NO DIA 14.2.20	FOI REALIZADO TRATAMENTO CIRÚRGICO ORTOPÉDICO DE
	fratura de fêmur fêmur E
	SENDO

Com isso, requer a correta aplicação da tabela, de acordo com o enquadramento do TORNOZELO, uma vez que a limitação não ocasionou a limitação de todo o membro, mas tão somente do seguimento TORNOZELO.

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					

Portanto, deve ser observado o devido enquadramento, conforme o seguimento do corpo acometido pela invalidez permanente, de modo que perito deve fazer a relação, tabela-seguimento corporal, indicando o enquadramento conforme previsto, de acordo com a lesão apurada.

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais.

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ^[3].

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta, que é exatamente o caso dos autos, conforme faz prova o documento à fl., apresentado pelo autor.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais	Valor da Indenização
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	das Perdas	
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25%	R\$ 3.375,00

2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Repercussão	Valor da Indenização
75%	R\$ 2.531,25 (dois mil e quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de complementação a indenização à parte autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez apresentado na esfera administrativa subscrita por dois médicos especialistas, visto conforme amplamente demonstrado, o laudo de fls., é **INCONCLUSIVO, pois não gradua corretamente as LESÕES suportadas pelo periciando.**

Desta forma, requer a intimação do ilustre perito para prestar esclarecimentos quanto à existência de nexo causal entre o suposto acidente e as lesões alegadas, bem como, para graduar de forma correta as lesões por ele apuradas

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 18 de fevereiro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR